



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal

Mocão

**Contra privatização do Espaço Público em Lisboa com  
“Mega Pic Nic” do Continente**

Considerando que:

1. A Câmara Municipal de Lisboa decidiu, apesar de todas as críticas aquando da primeira edição e repetidas ao longo dos últimos anos, reeditar no próximo dia 21 de Junho, o Mega Piquenique do Continente e outra vez, na Avenida da Liberdade;
2. Nesta Assembleia Municipal de Lisboa, já foram aprovadas nos anos sucessivos de realização, várias deliberações de condenação da iniciativa;
3. A Câmara Municipal de Lisboa decidiu arbitrariamente cortar o trânsito no acesso à Baixa de Lisboa, durante muitos dias para a realização de “Um Mega-Picnic”, um evento comercial que transforma a mais emblemática artéria da cidade num centro comercial a céu aberto do Grupo Continente;
4. Num altura em que os portugueses são violentamente atingidos pela crise, em que o pequeno comércio, alavanca da economia local, está também fortemente atingido em consequência do fraco poder de compra da população em virtude do estrangulamento económico resultante da política da austeridade com a qual, apenas lucraram a banca e as grandes multinacionais, como o Continente, não é aceitável o frete que a CML está a fazer a uma iniciativa meramente comercial, cujo benefício é exclusivamente comercial e para unicamente o seu promotor;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

PROC. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT. 1890/SG/DAOSM/GAAM/14

DATA 16, 6, 14

*[Handwritten signature]*

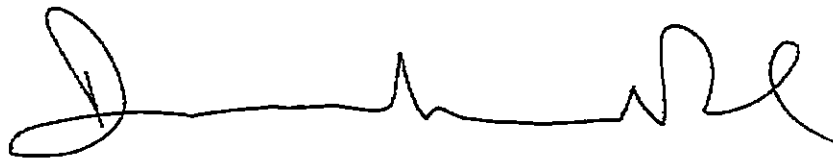
5. Não é aceitável que, sob um pretexto que ainda está por provar - de que este evento promoveria a produção nacional -, se venha agrilhoar qualquer espaço público da cidade em geral e muito menos a sua mais emblemática artéria, a Avenida da Liberdade, limitando não apenas o acesso ao espaço em causa mas também quase toda a zona da Baixa, dificultando assim a mobilidade de milhares de cidadãos ao local e zonas limítrofes;
6. Esta iniciativa de privatização do espaço público é um atentado ao interesse público de livre usufruto de uma zona nobre da cidade de Lisboa;
7. Infelizmente, esta situação não constitui nenhum precedente porque ela encadeia-se já numa prática política frequente do executivo liderado por António Costa, tal como já sucedeu com diversos espaços públicos da cidade a serem também cedidos a outras marcas para fins meramente comerciais;
8. A gestão da Câmara Municipal de Lisboa no que toca a ocupação do espaço público por iniciativas privadas revela uma falta de respeito para com os cidadãos que são o seu dono e principal utente;
9. A ideia de que as instituições podem decidir a ocupação do espaço público por operadores privados sem ter em conta as expectativas, a opinião e os direitos dos cidadãos é um atropelo à gestão democrática do espaço público;
10. O que esta iniciativa demonstra é que António Costa, Presidente da CML, tem negligenciado por completo o princípio da auscultação e da participação dos cidadãos que devem ser o traço principal da governação municipal moderna;
11. É imperativo que a autarquia inverta esta prática autoritária de decisão, e promover o debate com todos, de modo a que a realização de iniciativas com vantagens mútuas e justificadas na base do interesse público e colectivo seja o princípio norteador da governação da cidade.

**O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 17 de Junho de 2014, delibere:**

Repudiar a política de privatização do espaço público, nomeadamente, as suas zonas mais nobres e censurar a Câmara Municipal de Lisboa pela reincidência nesta estratégia política.

Lisboa, 17 de Junho de 2014

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

A handwritten signature in black ink, consisting of a large initial 'R' followed by a series of loops and a final flourish.

Ricardo Robles